



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS**

LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 572/2008 (RENOVAÇÃO)

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto de 16 de maio, publicado no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22º, parágrafo único, inciso V do Decreto nº 6.099, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2007; **RESOLVE**:

Expedir a presente Licença de Instalação à:

Empresa: Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

CNPJ: 04.892.707/0001-00

Cadastro Técnico Federal: 671360

Endereço: SAN Quadra 3, Lote A – Edifício Núcleo dos Transportes

CEP: 70.040-902 **Cidade:** Brasília **UF:**DF

TELEFONE: (61) 3315-4185 **FAX:** (61) 3315-4083

REGISTRO NO IBAMA: Processo nº 02001.003433/1997-57

Relativa ao Projeto de Ampliação da Capacidade e Modernização da Ligação Rodoviária da BR 101 Sul, trecho: DIV PR/SC (Entr BR-376) – DIV SC/RS, subtrecho: DIV SC/RS (Rio Mampituba) – Entr BR-290/RS-030(A) (Osório), segmento km 218,5 – km 465,9 no Estado de Santa Catarina; e trecho: DIV SC/RS (Rio Mampituba) – São José do Norte (Rio Grande), subtrecho: DIV SC/RS (Rio Mampituba) – Entr BR-290/RS-030(A) (Osório), segmento km 0,0 – km 99,3 no Estado do Rio Grande do Sul. Estão excluídos da abrangência desta licença ambiental os segmentos: (i) km 232,0 ao km 234,5, referente à Transposição do Morro dos Cavalos; (ii) km 308,0 ao km 315,9, referente à Travessia de Cabeçudas e Canal Laranjeiras; (iii) km 337,8 ao km 339,2, referente à Transposição do Morro do Formigão; e (iv) Lote 21/SC, referente ao Contorno de Florianópolis/SC. Este projeto contempla a construção de uma nova pista em paralelo à existente, dentro da faixa de domínio atual; construção de novas pontes, viadutos e túneis; recuperação e alargamento de obras de arte especiais; construção de interseções completas nos entroncamentos com as rodovias transversais, bem como passagens para acesso, retornos e travessias de pedestres; instalação de dispositivos de segurança rodoviária; iluminação de travessias urbanas mais importantes e em pontos específicos.

Esta Licença de Instalação é válida até 05/01/2015, observadas as condições discriminadas neste documento e nos demais anexos constantes no processo que, embora não transcritos, são partes integrantes deste licenciamento.

A validade desta licença está condicionada ao fiel cumprimento das condicionantes constantes no verso deste documento.

Brasília, DF 16 DEZ 2013

VOLNEY ZANARDI JÚNIOR
Presidente do IBAMA

CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 572/2008 (RENOVADA)

1. Condições Gerais:

1.1 - Esta Renovação de Licença deverá ser publicada em conformidade com a Resolução Nº 006/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, sendo que cópias das publicações deverão ser encaminhadas ao Ibama.

1.2 - O Ibama, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar esta licença, caso ocorra:

- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes, que subsidiaram a expedição da licença;
- Graves riscos ambientais e de saúde.

1.3 - Qualquer alteração das especificações do projeto, ou da finalidade do empreendimento deverá ser precedida de anuência do Ibama.

1.4 - Esta Licença não poderá ser mais renovada, tendo em vista que após sua data de expiração ela alcançará o prazo limite de seis anos de vigência estabelecido na Resolução CONAMA nº 237/97.

2. Condições Específicas:

2.1 - Executar o acordado no Termo de Compromisso firmado entre o Ibama e o Dnit para compensar os impactos da rodovia sobre a comunidade Quilombola, localizada em Morro Alto, Lote 03/RS.

2.2 - Executar, em até 90 (noventa) dias, o Programa de Plantio Compensatório por Intervenção em APP, observando-se o seguinte:

- a) Realizar o monitoramento dos plantios pelo período de dois anos, com o envio de relatórios anuais com os resultados do mesmo;
- b) Apresentar cronograma com previsão de início e fim das atividades a serem realizadas.

2.3 - Dar continuidade ao atendimento das condicionantes específicas das Autorizações de Supressão de Vegetação emitidas, incluindo o Programa de Resgate de Epífitas e destinação de material lenhoso oriundo da supressão, apresentando relatórios semestrais consolidados sobre as atividades desenvolvidas.

2.4 - Dar continuidade a todas as ações propostas nos Programas Ambientais contidos no Plano Básico Ambiental aprovado pelo Ibama. Deverão ser apresentados relatórios semestrais de acompanhamento das atividades executadas, considerando o detalhamento executivo (atividades e metas) apresentado em cada programa específico constante no PBA.

2.5 - Apresentar, em 60 (sessenta) dias, o Plano de Ação de Emergência para o segmento do Rio Grande do Sul.

2.6 - Atender, no prazo e conforme os termos especificados, ao disposto no Anexo desta Licença de Instalação.

- 2.7 - Visando à proteção da espécie *Melanophryniscus macrogranulosus*, realizar a limpeza periódica do Morro da Gruta e, no prazo de 90 (noventa) dias, implantar nova linha de matações e uma placa de advertência alertando sobre a proibição da entrada de terceiros no local. Encaminhar, no prazo de 60 (sessenta) dias, um compilado das informações referentes às demais espécies de fauna ameaçadas registradas durante as atividades de monitoramento (coordenadas, quilometragem da rodovia, menor distância em relação ao eixo rodoviário do local de registro e caracterização ambiental do local).

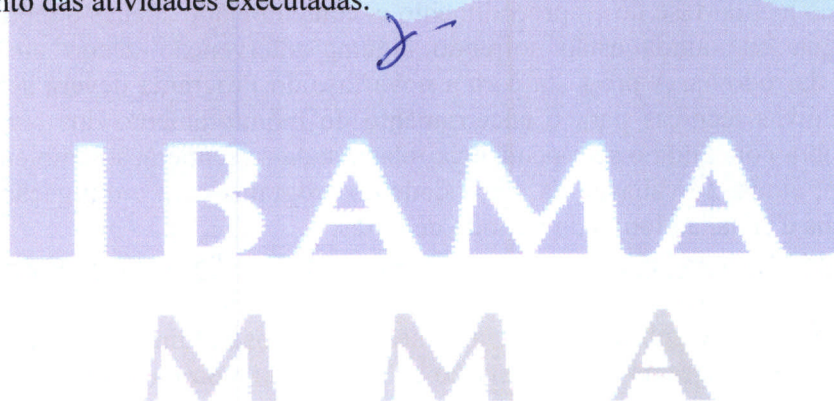
CONDIÇÕES DE VALIDADE DA LICENÇA DE INSTALAÇÃO Nº 572/2008 (RENOVADA)

2.8 - Quanto às medidas de mitigação dos atropelamentos de fauna o empreendedor deverá: i) concluir a implantação das passagens de fauna aprovadas e solicitadas pelo Ibama, bem como promover as adaptações necessárias que garantam o uso das estruturas pela fauna (incluindo a implantação das cercas-guia, passagens secas e correção dos desníveis nas saídas dos emboques); ii) providenciar a extensão das passagens da Variante da Gruta sob o caminho secundário, deslocando as cercas-guia já implantadas para área imediatamente posterior ao caminho e estendendo-as por toda a área relativa à variante; iii) encaminhar para a aprovação qualquer medida adicional necessária à mitigação dos impactos sobre a fauna; iv) implementar as medidas que se mostrem necessárias para a mitigação dos impactos sobre a fauna, considerando as análises dos resultados obtidos por meio dos programas de monitoramento, bem como as solicitações realizadas pelo Ibama.

2.9 - Dar continuidade aos monitoramentos da eficácia das passagens de fauna e dos atropelamentos.

2.10 - Encaminhar, em um prazo de 90 dias, os projetos de replantio das áreas adjacentes às passagens de fauna localizadas na Variante da Gruta e da APP existente na proximidade do bueiro localizado no km 5 do lote 01/RS. O projeto deve contemplar minimamente os seguintes itens: espécies a serem utilizadas na recomposição, número de mudas, área total a ser revegetada e cronograma das atividades.

2.11 - Aplicar as ações inerentes à Supervisão Ambiental da Rodovia aos lotes de construção nos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, especificamente no que se refere à aplicação do Plano Básico Ambiental aos processos de licenciamento ambiental referentes às áreas fonte de materiais de construção e de apoio às obras – canteiro de obras, jazidas, pedreiras, usinas de asfalto, solos e concretos, caminhos de acesso e serviço, bota-fora, dentre outros, localizados dentro e fora da faixa de domínio. Relatórios semestrais deverão ser apresentados ao IBAMA com o acompanhamento das atividades executadas.



Anexo

Orientações para atendimento das Condicionantes da LI nº 572/2008 e continuidade da execução do PBA

A) Orientações para cumprimento das Condicionantes da LI nº 572/2008

- Condicionante 2.1: Uma vez aprovada a atualização do Plano de Trabalho pela Justiça Federal/RS e indicada a renovação do Termo de Cooperação entre Dnit e UFRGS, deve ser apresentado ao Ibama o detalhamento das metas do Plano visando à revisão/renovação do Termo de Compromisso firmado entre este Instituto e o Dnit.
- Condicionante 2.3: O Dnit deverá finalizar o plantio das 11529 mudas restantes referentes ao plantio compensatório às espécies de corte transplantadas no Rio Grande do Sul e iniciar o plantio compensatório com intervenção em APP.

B) Orientações para a continuidade da execução do PBA:

- **Programa de Apoio às comunidades Indígenas Guarani – PACIG: Apresentar, em conjunto com a Funai, previsão concreta de conclusão das ações previstas no Convênio assinado entre as duas instituições para mitigação dos impactos decorrentes do empreendimento nas comunidades indígenas**
- Programa de Ordenamento Territorial: Apresentar cronograma de ações visando à conclusão das Metas previstas no Convênio assinado entre Dnit e METROPLAN, para o estado do Rio Grande do Sul.
- Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos: Considerando que as obras de duplicação da BR 101 Sul se apresentam concluídas na maioria dos lotes de construção, apresentando apenas algumas pendências relacionadas à recuperação ambiental de áreas impactadas, o Dnit deverá apresentar ao Ibama uma proposta de continuidade do Programa considerando a atual fase do empreendimento e contemplando apenas o monitoramento dos cursos d'água que ainda estão sofrendo alguma intervenção decorrente das obras de duplicação da rodovia. A proposta para a nova fase do Programa deverá ser acompanhada das justificativas técnicas para o encerramento do monitoramento dos cursos d'água nos lotes com obra concluída e sem pendência relacionada à recuperação ambiental. Deverá ser apresentado, ainda, a avaliação da efetividade do programa para a mitigação dos impactos, nesses cursos d'água, ao longo do período de obras.
- Programa de Monitoramento da Água Subterrânea no Lote 25 de Santa Catarina: apresentar um relatório final sobre as atividades de utilização de cinzas no Lote 25, contemplando discussão e conclusão sobre os resultados alcançados nos monitoramentos dos piezômetros e, também, um cronograma com a previsão de término do monitoramento.
- Programa de Transporte de Produtos Perigosos: a apresentar, em 30 dias, as informações solicitadas no Ofício nº 465/2012/COTRA/CGTMO/DILIC, referente a implantação do Plano de Ação de Emergência no segmento de Santa Catarina e apresentar em 60 dias o Plano de Ação de Emergência para o segmento do Rio Grande do Sul.
- Programa de Proteção ao Patrimônio Artístico, Cultural e Arqueológico: Apresentar manifestação conclusiva do Iphan sobre a finalização das atividades e o atendimento ao disposto neste Programa.
- Programa de Desapropriação: Caso o programa já tenha sido finalizado em todos os lotes da

8.

LI, nos próximos relatórios semestrais deve ser apresentado um relatório final com os resultados e objetivos alcançados.

- Programa de Educação Ambiental: dar continuidade às atividades programadas e apresentar, no prazo de 90 dias, o resultado da avaliação qualitativa do PEA.
- Subprograma de Proteção à Flora: De acordo com os 18º e 19º Relatórios semestrais, no estágio atual das obras, as atividades deste subprograma estão focados em viabilizar a implantação do projeto de plantio compensatório às intervenções em APP e no Projeto de plantio compensatório às espécies imunes de corte transplantadas no Rio Grande do Sul. Não foi apresentado nenhuma outra atividade relacionada a este programa nos referidos relatórios. Caso o programa já tenha sido finalizado em todos os lotes da LI, nos próximos relatórios semestrais deve ser apresentado um relatório final com os resultados e objetivos alcançados.

- Subprograma de Proteção à Fauna:

→ É necessário que os dados obtidos durante o monitoramento da eficácia das passagens de fauna e dos atropelamentos de fauna sejam discutidos com a finalidade de indicar possíveis novas medidas de mitigação a serem implementadas para a redução dos impactos sobre a fauna. A partir dessa análise devem ser propostas ações específicas para os trechos de atropelamentos considerados críticos. Essa avaliação deverá ser realizada quando da consolidação dos dados obtidos durante as campanhas de monitoramento (prevista para o final do primeiro semestre de 2013), sendo desde de já destacada a necessidade da indicação de medidas mitigadoras a serem executadas nos lotes 27 e 28 do estado de Santa Catarina, considerando que nesses locais foi realizada uma grande quantidade de registros de atropelamento e que inexistem passagens de fauna ou quaisquer outras medidas implementadas na área.

→ É necessária uma avaliação sobre a possibilidade da substituição das barreiras do tipo New Jersey por defensas metálicas ou outras medidas de mitigação em trechos com maior índice de atropelamento e nos quais não exista a possibilidade de implantar novas passagens de fauna, considerando a possibilidade/viabilidade caso a caso. Dessa forma, entende-se ser possível a manutenção da segurança dos usuários da rodovia e paralelamente reduzir os riscos dos atropelamentos de fauna. Essa avaliação deverá ser realizada quando da consolidação dos dados obtidos durante as campanhas de monitoramento (prevista para o final do primeiro semestre de 2013);

→ É necessária a realização de uma análise crítica pelo empreendedor a respeito dos dispositivos que de fato podem estar sendo utilizados como passagens de fauna. Quando for o caso, recomendações específicas deverão ser realizadas e executadas para tornar os dispositivos funcionais. Essa avaliação deverá ser realizada quando da consolidação dos dados obtidos durante as campanhas de monitoramento (prevista para o final do primeiro semestre de 2013);

→ É necessária a extensão das passagens de fauna localizadas na Variante da Gruta, as quais deverão passar sob o caminho secundário que foi implantado ao lado de um dos emboques;

→ É necessária a execução do Plano de Manutenção Periódica das passagens de fauna, conforme proposto pelo Dnit (de 4 em 4 meses no estado do Rio Grande do Sul e trimestralmente no estado de Santa Catarina);

→ É necessária a implantação da placa de advertência informando sobre a proibição do acesso de terceiros à área referente ao Morro da Gruta, com tamanho de 1,50 m x 1,00 m, conforme proposta apresentada pelo empreendedor;

- As cercas guia até então não instaladas deverão ser feitas no formato direcionador de “V”.
- Todas as passagens secas para a fauna devem ser preenchidas com material que permita o registro das pegadas dos animais, conforme projeto aprovado. As passagens secas implantadas fora do padrão aprovado deverão ser corrigidas.
- Os dados do monitoramento dos atropelamentos da fauna devem ser passados para formato compatível com o Google Earth (kmz ou kml) e encaminhados ao Ibama no âmbito dos relatórios a serem protocolados, permitindo uma visualização espacial dos registros obtidos. As informações básicas que deverão compor os arquivos são: nome vulgar da espécie, nome científico e grupo (anfíbios, répteis, aves ou mamíferos). A localização das passagens de fauna também deverá ser indicada no arquivo, informando o tipo de dispositivo implantado. Por fim, deverá ser realizada a análise dos dados de atropelamento por meio do software Siriema, o qual encontra-se disponível gratuitamente no sítio eletrônico <http://www6.ufrgs.br/biociencias/siriema/>, sem o prejuízo de outras análises julgadas pertinentes;
- Adaptar o bueiro existente no lote 23/SC, próximo à passagem de fauna TAB 15; o bueiro presente no km 5 do estado do Rio Grande do Sul; e o dispositivo LAG2A (lote 24/SC), conforme orientação já exarada pelo Ibama. Não aceita-se as justificativas encaminhadas para a não adaptação das estruturas com a implantação de passagens secas para a fauna, considerando que o próprio Dnit já apresentou projetos de adaptação ao Ibama, no âmbito de outros processos de licenciamento, que previam a implantação de passagens secas sobre manilhas instaladas no interior dos bueiros, permitindo assim que o fluxo de água permanecesse normal.
- Programa de Paisagismo: De acordo com os dois últimos relatórios (18º e 19º), Não foram observadas ocorrências relativas a este programa, nem no Estado de Santa Catarina nem no Rio Grande do Sul. Caso o programa já tenha sido finalizado em todos os lotes da LI, nos próximos relatórios semestrais deve ser apresentado um relatório final com os resultados e objetivos alcançados.

C) Demandas de adequação técnica

- o Dnit deverá buscar o diálogo com o proprietário da área, onde ocorreu uma denúncia de impacto sobre nascente, localizada nas proximidades do Morro Mirim em Ibituba/SC, km 286, objetivando um acordo para a resolução do problema de abastecimento d'água na propriedade.

2-